



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## AS POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Marcelli Ingrid Silva de Lima<sup>1</sup>; Francisca Natália da Silva<sup>2</sup> Erika Roberta Silva de Lima<sup>3</sup>; Isadora Regina Galdino da Silva

*Faculdade Diocesana ([marcelipink@hotmail.com](mailto:marcelipink@hotmail.com))<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte ([natalia\\_18\\_silva@hotmail.com](mailto:natalia_18_silva@hotmail.com))<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte ([erika\\_limma@hotmail.com](mailto:erika_limma@hotmail.com))<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte ([isaadoragaldino@gmail.com](mailto:isaadoragaldino@gmail.com))<sup>4</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho discute as políticas públicas do Ensino Superior para a diversidade. Objetivou-se analisar a concepção de diversidade e as políticas públicas de educação para a diversidade no Ensino Superior. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, embasada em autores que tem como objeto de estudo e discussão a diversidade, multiculturalismo, e as políticas afirmativas. Diante do que foi discutido ao longo desse trabalho e acreditando que no Brasil a educação se tornou o principal foco nos discursos políticos de equidade social. Assim concluímos que busca por meio da educação corrigir erros históricos de discriminação e desigualdade social, que as políticas de acesso nas universidades federais, estaduais ou particulares não poderão resolver por si, o problema da discriminação social e racial. São necessárias outras políticas públicas efetivas que proporcionem igualdades de condições para o acesso e a permanência desses estudantes na universidade.

**Palavras - chave:** Diversidade, Políticas de Inclusão, Educação Superior.

## INTRODUÇÃO

No Brasil foram criadas políticas de diversidade para a Educação Superior, direcionadas a grupos excluídos socialmente, acesso a educação superior por meio de programas de políticas afirmativas tais como: programas de reserva ou de cotas e programas especiais de financiamento. Pois, nos cursos de ensino superior ocorre uma seletividade tal que assegura o acesso a apenas um pequeno grupo da sociedade.



Diante disso, este trabalho discute as políticas públicas para a diversidade no ensino superior. Buscamos por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa discutir a concepção as políticas brasileiras de acesso da diversidade ao ensino superior. Discutir “diversidade” não é tarefa fácil, uma vez que estudar e discutir epistemologicamente diversidade tornou-se um desafio, devido às especificidades que compõem o tema. Segundo Candau (2000) a consciência sobre a importância da diversidade cultural é cada vez maior. Da concepção reducionista de cultura, que privilegia as dimensões artísticas e intelectuais, passa-se a uma perspectiva mais ampla, na qual se entende cultura como o estruturante profundo do cotidiano de todo grupo social.

O conceito de diversidade tornou-se importante para orientar a construção de políticas públicas, principalmente nas áreas da cultura, do emprego e da educação, devido à garantia das condições materiais básicas para todos. No âmbito das discussões sobre educação tornou-se mais intensa sob os conceitos de multiculturalidade, pluralidade cultural e interculturalidade.

Inicialmente podemos apresentar o termo “diversidade” como um conjunto complexo de diferentes significados. A palavra “diversidade” deriva do latim *diversitate*, que significa diferença (BUARQUE, 1999). Podendo ser remetida às diferenças humana, física, social, econômica e ambiental existente em nossa sociedade, como a heterogeneidade de culturas que marcam a sociedade contemporânea, como aos novos movimentos sociais, especialmente os de cunho identitário, articulados torno da defesa das chamadas “políticas de diferença” (MOEHLECKE, 2009, p.3).

A diversidade deve ser compreendida como um valor, onde estão articuladas as seguintes ideias: de igualdade na diferença, de diferença na igualdade, de diferença socialmente transformada em desigualdade. A primeira, Igualdade na diferença, valoriza a humanidade com base nos direitos humanos. Diferença na igualdade as especificidades dos indivíduos devem ser consideradas e diferença socialmente transformada em desigualdade como desvalorização das diferenças e negação dos direitos humanos.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Não é a diversidade em si que gera o alijamento, mas as relações assimétricas e desiguais entre os grupos. Existe uma relação entre diversidade cultural e desigualdade social, isso ocorre porque à medida que os homens estabelecem entre eles relações de poder, dominação, discriminação e divisão do trabalho social.

Essas desigualdades são socialmente produzidas pela lógica da sociedade capitalista. Para Candau (2010, p. 37)

As desigualdades, oriundas de um longo processo histórico, são reforçadas pelo estágio atual de produção econômica. Os povos que sofreram o colonialismo são os mesmos que hoje recebem a parcela “enlatada” do conhecimento que circula rápido pelo mundo.

Por tanto, de acordo com a afirmação anterior de Candau (2010), os processos históricos são em grande parte responsáveis pelas diferenças culturais, embora não sejam os únicos fatores a se considerar. Esses processos históricos são resultados da formação do povo brasileiro, da divisão social do trabalho (,) do processo de globalização, que determina uma nova fase do capitalismo. Além desses fatos, os quais consideramos como determinantes para a exclusão social de grupos na sociedade brasileira, também teceremos considerações sobre os movimentos sociais que tem contribuído nos últimos anos para a elaboração de políticas voltadas para a inclusão social.

As palavras diversidade, igualdade social e inclusão têm sido cada vez mais presentes nos discursos oficiais dirigidos à educação formal. São discursos que ressaltam a igualdade de oportunidade de acesso à educação básica e ao ensino superior. A escola é considerada um meio de atingir toda a sociedade.

Para uma melhor compreensão da discussão proposta neste trabalho, organizamos o artigo da seguinte forma: no tópico 1, discutimos a diversidade na sociedade brasileira e alguns fatos os quais consideramos determinantes na geração da desigualdade e exclusão social. No tópico seguinte apresentamos o conceito de política educacional e as políticas para a diversidade na educação superior. Por último, nossas conclusões e as referências utilizadas.



## **METODOLOGIA**

O delineamento metodológico da pesquisa pra elaboração desse trabalho ocorreu por meio dos pressupostos de uma pesquisa científica na qual buscamos respostas para os diversos questionamentos demandados pelo objeto de pesquisa, tais como: O que é diversidade? Como se constitui a diversidade na sociedade brasileira?Quais as políticas de acesso ao ensino superior?

Para tentar responder á estas perguntas, realizamos uma pesquisa bibliográfica, cuja finalidade será nos colocar como pesquisadora em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre assunto. Desse modo, foi possível compreendermos o objeto de estudo dentro da literatura já produzida sobre ele. Para tanto, selecionaremos os autores conforme as categorias constituintes para a explicação do objeto, tais como:Candau (2002), Canen (2013), Santos (2002) Hall (2003), entre outros.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **1.1 A DIVERSIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Neste tópico discutimos a diversidade na sociedade brasileira e alguns fatos os quais consideramos determinante para a constituição e permanência da desigualdades e exclusões sociais. Desigualdades sociais que no Brasil se detiveram na acumulação do capital durante toda a história, começando no Colonialismo de Portugal e permanecendo até os dias atuais.

Para tanto, se faz necessário salientarmos como se deu a formação do povo brasileiro, sobre a divisão de classes, causa das desigualdades econômicas e sociais que implicam também na formação dos sujeitos diversos, sobre a globalização, que tem contribuído principalmente para a hibridização cultural, e sobre os movimentos sociais, especialmente os de cunho identitário, que tem sido denominado por muitos autores por Multiculturalismo.

Começamos por apresentar, de forma breve, a formação do povo brasileiro que se deu com a miscigenação de vários outros povos, a saber, dos índios, que foram os nativos, habitavam as terras brasileiras antes do descobrimento do Brasil pelos portugueses; dos



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

portugueses que foram os colonizadores, dos negros que vieram para o Brasil de forma compulsória e, que vieram para o trabalho escravo; dos imigrantes franceses, holandeses, entre outros. Dessa fusão racial e fusão cultural, herdamos toda uma diversidade de costumes, crenças e hábitos.

Foi no período colonial, que segundo Mesquita (2010,p. 16) “com a colonização tem início a 'formação' do povo brasileiro, dada a princípio pela união entre portugueses e nativos”. No Brasil- Colônia existiu a necessidade de mão-de-obra para a agricultura, portanto os negros trazidos da África, e índios foram escravizados por meio da força de trabalho. É preciso considerar que a escravidão trouxe consequências graves de ordem econômica para a formação da sociedade brasileira. Esse fato histórico acabou por negar aos indivíduos explorados oportunidade de acesso aos bens materiais.

A desigualdade de oportunidade, movida pela desigualdade social e econômica, também pode ser explicada como decorrência do processo de globalização. Globalização se refere ao conjunto de transformações sociais as quais as sociedades vêm passando. Estamos falando de um processo que atravessa os Estados-nações, uma interligação entre os países. Na globalização as nações trocam informações, tomam decisões que implicam em outras nações distintas. Santos (2002) define a globalização como “um conjunto de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas capitalistas globais ou práticas sociais, culturais transnacionais.” (p. 85).

A globalização cultural ou a “idéia de uma cultura global é, claramente, um das principais projetos da modernidade.” (SANTOS, 2002. p.47) Para Jameson (2001, p. 22) tende-se a propagar para as econômicas e sociais, pois “a produção de mercadoria é agora um fenômeno cultural, no qual se compram os produtos tanto por sua imagem quanto por seu uso imediato.”

No mundo globalizado, o nível de escolaridade dos sujeitos influencia decisivamente na condição de vida. Contudo, grupos menos favorecidos, que no passado eram excluídos do sistema escolar, hoje são mantidos presos a uma educação de baixa qualidade que os impede de atingir todo seu potencial intelectual, continuam fadados ao fracasso e a pobreza.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesta parte do texto apresentamos as políticas de educação no Brasil voltadas para a diversidade que foram elaboradas e implementadas entre os anos de 2003 e 2005. Foi durante esse período em que houve uma discussão e preocupação maior com a diversidade, no âmbito educação. Foram implementados vários programas, orientados pelas expressões “Educação para todos” e “Todos juntos pela democratização da educação”.

Para discutirmos as políticas públicas de educação para a diversidade torna-se necessário apresentar seu significado. Para Bispo dos Santos (2012, p. 3) políticas educacionais correspondem a:

Toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja na instância individual) e, por meio dessa intervenção, legítima, constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade.

As políticas públicas visam acabar com as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Elas não são ações neutras porque interfere diretamente na cultura e na sociedade de um país. Determinam as organizações administrativas e normativas, portanto, responsáveis, também, pela regulação educação formal.

No Brasil o que se tem feito pela diversidade, principalmente a partir da década de 1990 foi a elaboração e implementação de políticas públicas de educação, projetos e programas de iniciativa do Governo Federal, voltados para a inclusão social. Ações que devem ser desenvolvidas pela escola para a intervenção social.

Com bases legais na Constituição Federal de 1988 que representa um marco para a construção de uma sociedade inclusiva, sendo reflexo dos movimentos sociais que lutam contra a opressão.

A partir dos anos de 2003, as políticas para a diversidade voltou-se para o acesso a bens e serviços por uma minoria de grupos específicos, e para programas de educação



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

formativos para produzir conhecimentos em diversidade cultural. Nesse período foram criados alguns programas/projetos/ações do Ministério da Educação, como mostra o quadro 1:

**Quadro 1: Programas/ações ano de implementação**

Programas/projetos/ações	Ano de Criação
Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade	2003
Programa de Apoio à Educação Especial	2003
Elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	2003 e 2006
Programa Brasil Quilombola	2003
Elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	2003- 2006
Elaboração do Projeto de Lei n.7.200/06: Reforma da Educação Superior	2004
Comitê Interministerial de Políticas de Ações Afirmativas	2004 e 2005
Projeto de extensão universitária para a inclusão	2004
Monitoramento ações afirmativas nas IES	2004
Projeto Educar na Diversidade	2004
Programa Identidade Étnica e Cultural dos Povos Indígenas	2004
Programa Diversidade na Universidade	2004
Programa Ética e Cidadania	2004
Programa Universidade para Todos. Lei n. 11.096/05	2004
Projeto Conexões de Saberes	2004
Programa de Integração de Ações Afirmativas para Negros	2004
Programa Incluir	2005
Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas	2005
Programa de Ações Afirmativas para a População Negra	2005
Programa Educação para a Diversidade e Cidadania	2005
Projeto Educando para a Igualdade Gênero, Raça e Orientação Sexual	2005-2006
Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior	2005

Fonte: Elaboração da autora. A partir das informações contidas no site: <http://prouniportal.mec.gov.br>

A partir do quadro podemos perceber que programas/projetos/ações do Ministério da Educação não se limitam a educação básica, mas a educação formal como um todo. As



políticas para diversidade aparecem com termos e sentidos diferentes, de acordo com a concepção de diversidade que orientam essas propostas. Assim, existem políticas de inclusão social, de ações afirmativas e políticas de diferenças.

Trata-se também de políticas de diversidade, de cunho universal, como é o caso das políticas compensatórias, voltadas para pessoas de situação econômica desfavorecida. São discursos permeados da concepção de que o acesso a educação formal pode diminuir as desigualdades sociais.

As políticas de ações afirmativas, de acordo com Gomes (2001), são políticas sociais de apoio e promoção de grupos socialmente fragilizados, objetivando a integração social desse grupo. Tais políticas objetivam conferir tratamento prioritário aos grupos discriminados, colocando-os em condição de competição, semelhante aos que historicamente se beneficiaram da exclusão. Criar e implementar ações afirmativas significa repensar as políticas públicas para as minorias.

As ações afirmativas se tornam diferentes das políticas redistributivas porque não estabelece que a carência socioeconômica dos sujeitos seja identificada como decorrência de uma discriminação étnica, racial, sexual, de gênero.

No Brasil alguns documentos normativos da educação brasileira, nos últimos anos, sofreram algumas alterações em consequência das políticas de educação para a diversidade. Visando atender a essa diversidade, no âmbito da educação formal foram elaboradas e implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC políticas públicas, programas, ações e projetos voltados à inclusão e acesso a educação sistematizada.

Essas ações presentes nos documentos normativos da educação brasileira, como: Parâmetros Curriculares Nacionais, que elegeram a “pluralidade cultural” como um de seus temas transversais, o Referencial e os Parâmetros Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas, assim como os Programas Diversidade na Universidade, Educação para a diversidade e cidadania e Educação Inclusiva: direito à diversidade da Secretaria de Educação Especial. Na Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB/96), estão presentes as modalidades



de educação, algumas criadas para atender às especificidades, como é o caso da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Educação Especial, entre outras.

## CONCLUSÕES

O trabalho centrou-se na discussão das políticas públicas para a diversidade na educação superior. Antes se faz necessário apresentar o conceito do termo diversidade.

Procuramos apresentar no texto como sendo uma construção histórica e social da sociedade brasileira. Pois, não entendemos diversidade apenas diferenças físicas e biológicas, mas acima de tudo diferenças decorrentes das desigualdades sociais e econômicas.

Diante do que foi discutido ao longo desse trabalho e acreditando que no Brasil a educação tornou-se o principal foco nos discursos políticos de equidade social, concluímos que busca-se por meio da educação corrigir erros históricos de discriminação e desigualdade social, que as políticas de acesso nas universidades federais, estaduais ou particulares não poderão resolver por si, o problema da discriminação social e racial, ou seja, serão necessárias outras políticas públicas efetivas que proporcionem igualdades de condições para o acesso e a permanência desses estudantes na universidade.

Os programas do Governo os quais foram apresentados neste trabalho democratiza o acesso a educação superior porque está trazendo possibilidades, antes inexistente, para os alunos de classe social economicamente baixa ou com alguma deficiência física ou intelectual, de poder cursar uma universidade, mas que o ingresso e permanência não significam, em si chance a inclusão total dos sujeitos na sociedade de forma ativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório de gestão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)**. Brasília, 2005

BUARQUE, H. A. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua Portuguesa**. 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CANDAU, Ana. OLIVEIRA, Ângela M.A de. **Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso.** IN: Revista brasileira de educação, Set – Dez. número 021. São Paulo: Brasil, 2000.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, Educação e Cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro:** ensaios sobre a globalização. Trad. de Maria Eliza Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

HALL, Stuart. **A questão multicultural.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 51-100

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro:** A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **A globalização e as ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo. **Guia prático da política educacional no Brasil:** ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO